



Proposição: PLEI - Projeto de Lei
Número: 000412/2025
Processo: 11071-00 2025
Autoria: Maurício Delgado, Tiago Bonecão
Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de processo licitatório para as novas concessões de uso das praças esportivas municipais – CAEM, especialmente após reformas, revitalizações ou readequações estruturais, e dá outras providências.

Parecer Juraci Scheffer - Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira

PARECER AO PROJETO DE LEI 412/2025

À Divisão de Acompanhamento de Processo Legislativo

I - RELATÓRIO

Em despacho de fls. foi dado vista a este Vereador que subscreve a respeito do Projeto de Lei 412/2025, que **"Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de processo licitatório para as novas concessões de uso das praças esportivas municipais - CAEM, especialmente após reformas, revitalizações ou readequações estruturais, e dá outras providências."**

No que tange ao cumprimento legal do referido projeto de lei, o mesmo preenche os requisitos legais conforme disposto no artigo 26 da Lei Orgânica do Município de Juiz de Fora, que reconhece como atribuições da Câmara Municipal legislar sobre quaisquer matérias de interesse e competência legal do Município, como também os artigos 159 e 160 do Regimento Interno da Câmara Municipal que dispõe, entre as modalidades da Câmara Municipal, proposição de Projetos de Lei.

Em Parecer emitido pela Douta Procuradoria desta Casa Legislativa, manifestou pela legalidade e constitucionalidade desta proposição legislativa, devendo, contudo, ater-se às recomendações ofertadas pela Douta Procuradoria desta Casa Legislativa, efetuando a supressão do Art. 3º e seus parágrafos, a fim de preservar a isonomia e a legalidade do procedimento licitatório municipal.

II - FUNDAMENTO

Ao analisarmos o tema legal que ora se apresenta, o mesmo não invade matéria privativa do Chefe do Poder Executivo e nem cria despesa orçamentária ante a possibilidade de ser adequado às ações de rotina junto aos serviços públicos já realizados pelo Poder Executivo, podendo também, se necessário, solicitar autorização para abertura de crédito orçamentário para o seu cumprimento ou ser incluso no próximo exercício financeiro. Outrossim, o presente projeto de lei, além de estar em consonância com o artigo 30, inciso I da Constituição Federal, que reconhece a legitimidade dos municípios em legislar assuntos de interesse local, também caminha alinhado aos princípios constitucionais da legalidade, da publicidade, da moralidade e da eficiência, da razoabilidade e da proporcionalidade, em vista do interesse público comum coletivo e social, nos termos dos artigos 5º e 37 da Constituição Federal.



Quanto ao mérito da presente proposição legislativa, manifesta em sua justifica a finalidade de instituir regras claras e transparentes para a concessão de uso das praças esportivas municipais - CAEM, especialmente após reformas, revitalizações ou obras de modernização promovidas pelo Município. A experiência demonstra que, após a recuperação estrutural das praças esportivas, é comum que surjam novos interessados em sua gestão. Assim, torna-se imprescindível que essas novas concessões ocorram mediante processo licitatório, garantindo isonomia, legalidade e transparência na seleção dos responsáveis pela administração dos espaços públicos. Além disso, o projeto reconhece a importância dos gestores e entidades que já atuaram nas respectivas praças, atribuindo-lhes pontuação adicional no edital, em razão de sua experiência e histórico de atuação comunitária, desde que regulares com o Município. A proposta harmoniza-se com os princípios da administração pública previstos no art. 37 da Constituição Federal e com as normas da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que preveem a licitação como regra para concessões e permissões de uso de bens públicos. Trata-se, portanto, de um instrumento que busca assegurar transparência, mérito e continuidade social nos projetos esportivos, valorizando tanto a boa gestão anterior quanto o direito de concorrência dos novos interessados.

III - DISPOSITIVO

Isto posto, por preencher todos os requisitos legais no que concerne a regular tramitação nesta Comissão Legislativa, razão pela qual liberamos a presente matéria legislativa para o seu devido prosseguimento e tramitação até o Plenário onde manifestaremos nosso voto à presente proposição legislativa.

Palácio Barbosa Lima, 18 de novembro de 2025.



Juraci Scheffer
Vereador Juraci Scheffer - PT

